



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS MONTEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

JULIANA APARECIDA LEAL

**DESAFIOS E LIMITAÇÕES NA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE
ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) FISCAL EM UMA EMPRESA DO MUNICÍPIO
DE MONTEIRO-PB**

**MONTEIRO-PB
2016**

JULIANA APARECIDA LEAL

**DESAFIOS E LIMITAÇÕES NA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE
ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) FISCAL EM UMA EMPRESA DO MUNICÍPIO
DE MONTEIRO-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Universidade Estadual da Paraíba, como pré-requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Msc. Josimar Farias Cordeiro.

**MONTEIRO-PB
2016**

L433d Leal, Juliana Aparecida.
Desafios e limitações na implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) fiscal em uma empresa do município de Monteiro-PB [manuscrito] / Juliana Aparecida Leal. - 2016.
48 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em CIÊNCIAS CONTÁBEIS) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e Exatas, 2016.

"Orientação: Prof. Me. Josimar Farias Cordeiro,
Departamento de CIÊNCIAS CONTÁBEIS".

1.Sistema Público de Escrituração Digital - SPED. 2 .
Informações contábeis. 3.Profissionais contábeis. I. Título.

21. ed. CDD 657.83

JULIANA APARECIDA LEAL

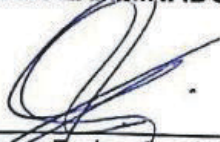
**DESAFIOS E LIMITAÇÕES NA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE
ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) FISCAL EM UMA EMPRESA DO MUNICÍPIO
DE MONTEIRO-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado a Universidade Estadual da
Paraíba, como pré-requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis.

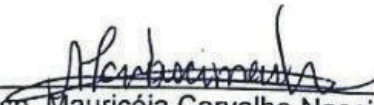
Orientador: Prof. Msc. Josimar Farias
Cordeiro.

Aprovada em: 18/10/2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Msc. Josimar Farias Cordeiro (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Esp. Mauricéia Carvalho Nascimento
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Esp. Wilton Alexandre de
Instituto Federal da Paraíba (IFPB)

Dedico este trabalho a todas as pessoas que fazem parte da minha vida. Em especial a minha amiga, companheira, torcedora e querida mãe: Juceli Maurício Leal; em quem sempre me espelhei como exemplo de coragem, humildade e bondade, dignidade e acima de tudo, sua perseverança e fé. Foi convivendo com todas essas qualidades que me tornei um ser humano melhor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que inicialmente me deu à vida e permanece ao meu lado durante toda caminhada. Dias e noites se passaram, vitórias foram conquistadas, derrotas foram superadas, muitas foram às vezes que desanimei e em inúmeras vezes que encontrei forças no Senhor para continuar a batalha. A meu esposo Anderson Barboza por sempre estar apoiando-me e a José Edmar Alves e Maria das Graças da Silva Alves pela ajuda na conciliação trabalho e faculdade.

Aos Pais: A vocês que não mediram esforços para que realizasse o meu sonho. Quando as coisas pareciam perdidas, lá estavam vocês com um incentivo e até mesmo um afago. Obrigada por suportar o meu mau humor, e até mesmo minha ignorância. Talvez agora sorriam orgulhosos ou chorem emocionados. Por isso, recebam muito a minha eterna gratidão.

Aos Irmãos e demais familiares: Que permaneceram ao meu lado e nunca deixaram de acreditar em mim. Sabemos que o caminho foi árduo, mas foi de fundamental importância à permanência de vocês ao meu lado para que continuasse caminhando, em alguns momentos devagar.

Enfim, a todos que direto ou indiretamente colaboram para que eu chegasse até aqui.

O meu muito obrigado por tudo!!!

Tudo posso naquele que me
fortalece!

Paulo de tarso

RESUMO

Este estudo apresenta informações sobre o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que vem ganhando cada vez mais espaços nas empresas, é uma ferramenta inovadora, pois proporciona melhor agilidade no momento da escrituração contábil, principalmente por ser digital, o que permite maior fiscalização das informações impostas realizado pelo fisco. O SPED contempla três grandes projetos: Escrituração Fiscal Digital, Escrituração Contábil Digital e a Nota Fiscal Eletrônica em Ambiente Nacional. O objetivo geral deste estudo foi verificar quais as limitações percebidas pelos profissionais contábeis no processo de implantação do SPED na empresa MALVES SUPERMERCADO LTDA. comércio varejista e sua filial no município de Monteiro-PB. Como Metodologia foi adotada a pesquisa bibliográfica e um estudo de caso com quatro profissionais da contabilidade que estão responsáveis pelo SPED da referida empresa estudada. A pesquisa foi realizada também, através de uma entrevista estruturada. Como resultado, foi identificado que a empresa pesquisada teve que passar por um processo de adaptação e evolução de ordem estrutural, qualificação profissional e tecnológica para implantação do SPED, ou seja, houve a necessidade de capacitação dos funcionários, principalmente aqueles responsáveis por repassar as informações aos profissionais da contabilidade, a melhoria da parte física do prédio da empresa e aquisição de novos computadores e periféricos para agilizar e melhorar no momento da escrituração digital.

Palavras-Chave: SPED; Informação Contábil; Profissional Contábil.

ABSTRACT

This study provides information on the Public Digital Bookkeeping System (SPED), which is gaining more space in business, is an innovative tool, it provides better agility at the time of accounting, mainly because it is digital, which allows for greater oversight the imposed information held by the tax authorities. The SPED includes three major projects: Digital Tax Bookkeeping, Digital Bookkeeping and Electronic Invoice in the National Environment. The aim of this study was to determine what limitations perceived by accounting professionals in the SPED implementation process in Malves SUPERMARKET LTDA. retail trade and its branch in the city of Monteiro-PB. As methodology was adopted to literature and a case study with four accounting professionals who are responsible for SPED said company studied. The survey was conducted also through a structured interview. As a result, it was identified that the studied company had to undergo a process of adaptation and evolution of structural, professional and technological qualification for implementation of SPED, ie, there was the need for training of staff, especially those responsible for passing on information to the accounting profession, to improve the physical part of the company building and purchasing new computers and peripherals to streamline and improve the time of digital bookkeeping.

Keywords: SPED; Accounting Information; Accounting Professional.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO.....	10
1.2 OBJETIVOS.....	11
1.2.1 OBJETIVO GERAL.....	11
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	12
1.3 JUSTIFICATIVA.....	12
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 ATRIBUTOS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL.....	15
2.1.1 TRIBUTOS E OBRIGAÇÕES CONTÁBEIS.....	18
2.2 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED.....	19
2.2.1 ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL (EFD) – SPED FISCAL.....	25
2.2.2 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL (ECD) – SPED CONTÁBIL.....	27
2.2.3 NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-E.....	28
3 METODOLOGIA	31
3.1 TIPIFICAÇÃO.....	31
3.1.1 CLASSIFICAÇÃO QUANTO AOS OBJETIVOS GERAIS.....	31
3.1.2 CLASSIFICAÇÃO QUANTO AOS PROCEDIMENTOS TÉCNICOS.....	32
3.1.3 CLASSIFICAÇÃO QUANTO À FORMA DE ABORDAGEM DO PROBLEMA.....	32
3.2 CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO MÉTODO DE ABORDAGEM.....	33
3.3 EMPRESA ANALISADA.....	33
3.4 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	34
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	35
4.1 ANÁLISE DAS EMPRESAS PESQUISADAS.....	36
4.2 PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	36
4.3 ENTREVISTA ESTRUTURADA COM OS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS..	38

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	45
ANEXOS.....	48

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO

O profissional da área contábil precisa estar atualizado para lidar com a interferência governamental e mudanças das novas legislações societária, fiscal e previdenciária, além de outras pertinentes a diferentes áreas. Não apenas gerar relatórios e escriturar fatos contábeis. Este profissional deve exigir das empresas informações e métodos que estão envolvidos na gestão da organização. No tocante aos administradores de empresas, muitos deles têm dificuldades quando os órgãos governamentais exigem declarações para fins fiscalizatórios, ou então no fornecimento destas informações para simples conferência, levando-os a necessidade de adequar toda organização e gestão para melhor transmitir todas as informações necessárias por meio digital.

Assim, como todas as áreas profissionais são atingidas com o fenômeno da globalização, com maior acesso a notícia em tempo real, interação instantânea entre os usuários na rede mundial de computadores, exige adaptação constante das inovações tecnológicas devido à grande competitividade de mercado, e na área contábil não poderia ser diferente. Dentre as várias inovações na contabilidade, surge o projeto desenvolvido pela Receita Federal do Brasil (RFB), denominado de Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

Considerando que o contador, buscando adequar-se ao contexto da escrituração contábil, vem evoluindo com o passar dos tempos, precisando sempre desenvolver habilidades e competências, no sentido de exercer seu papel de gestor da informação, estando envolvido no processo de planejamento e decisão da empresa (SAITO E ABEL, 2015).

Desta maneira, o profissional da área fiscal precisa estar constantemente atualizado, conhecendo os procedimentos técnicos, tributários e tecnológicos, procurando manter a equipe equilibrada, defendendo o patrimônio e o crescimento da organização.

O SPED foi estabelecido pelo Decreto n.º 6.022, de 22 de janeiro de 2007, tendo como função base unificar as atividades de recepção, validação,

armazenamento e autenticação dos livros e documentos que constituem a escrituração contábil e fiscal, por meio da elaboração e entrega dos livros e documento via eletrônica, utilizando-se da certificação digital.

No site da Receita Federal do Brasil (Brasil, 2012) apresenta-se o Sistema Público de Escrituração Digital, em que este Projeto SPED foi sugerido para garantir a modernização da sistemática atual para que haja uma interação entre os contribuintes e as administrações tributárias, bem como com os órgãos fiscais. Com isso, haverá a validação dos documentos através da assinatura digital, dando valor jurídico aos mesmos.

Esta ferramenta tecnológica possibilitará a integração com os fiscos, padronizar as obrigações que os contribuintes devem ter diante da escrituração fiscal e contábil (BRASIL, 2012).

Diante das novas formas de transmissão dos livros, diário ou razão e seus auxiliares, bem como os balancetes diários, balanços e fichas de lançamentos comprobatórios, permitido pelo Projeto SPED, pela facilidade e rapidez, muitas empresas estão adotando-o com grande entusiasmo.

A partir do que foi exposto, este estudo busca responder a questão seguinte: quais as limitações percebidas pelos profissionais contábeis de uma empresa do comércio varejista no município de Monteiro-PB, no processo de implantação do SPED?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar quais as limitações percebidas pelos profissionais contábeis no processo de implantação do SPED FISCAL na empresa MALVES SUPERMERCADO LTDA comércio varejista e sua filial no município de Monteiro-PB.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Descrever o processo desenvolvido na empresa MALVES SUPERMERCADO para implantação do SPED;
- Identificar as dificuldades apresentadas no processo de implantação do SPED;
- Conhecer as ações adotadas pela empresa estudada e as pessoas envolvidas durante o processo de implantação do SPED.

1.3 JUSTIFICATIVA

Este estudo se justifica no tocante ao fornecimento de informações a respeito das principais mudanças ocorridas nas empresas com a implantação do SPED FISCAL, focando em suas dificuldades na fase de implantação. Já que se percebe que a relação entre fisco e o contribuinte vem sofrendo alterações, visando a adaptação do controle operacionais desenvolvidas nas organizações para gerar informações mais detalhadas.

Este estudo se torna relevante por ajudar os empresários, contadores e profissionais no setor contábil que se interessem na área a entenderem quais as limitações que as empresas enfrentam na adequação necessárias para implantação do SPED.

Haverá a contribuição deste estudo na percepção das limitações que a implantação do SPED proporcionou em empresas do município de Monteiro-PB, destacando as dificuldades que os responsáveis se depararam por gerar informações ao sistema, considerando a inovação da informação a partir de ferramentas tecnológicas.

Existem outros trabalhos que estão citados nas referências deste estudo que estiveram ligados com as dificuldades encontradas pelos profissionais contábeis na implantação e uso do SPED FISCAL bem como em empresas, em diferentes cidades do Brasil. No estudo realizado por Borges, Soares e Martins (2014) apontaram que houve capacitação dos fiscos (profissionais contábeis) na cidade de

Uberlândia-MG, porém as maiores dificuldades foram à nebulosidade da legislação, a mudança de cultura da empresa e a falta de software adequado.

Já para Neves Júnior *et al.* (2011) realizou a pesquisa no Distrito Federal e Fernandes e Kirinus (2014) realizou em São Borges e perceberam que as empresas não estavam preparadas para transformação radical em sua forma de escrituração.

Para Ortega e Pilenghy (2011) em estudo realizado em uma indústria de Granitos, verificaram que o uso do SPED era bastante organizado, faltando uma atuação maior de um profissional contábil no processo de Escrituração Fiscal Digital.

No tocante a este estudo, o interesse primordial é analisar a inserção na prática do SPED FISCAL na empresa, considerando as dificuldades para implantação, visando os profissionais responsáveis por gerar as informações e os contadores relacionados com o manuseio do SPED.

Este trabalho torna-se importante para que aquelas pessoas que estão cursando Ciências Contábeis e cursos afins possam entender este novo sistema e a importância de se qualificar diante das novas formas de escrituração digital, bem como para aqueles empresários que pretendem implantar este sistema para ingressar no mercado de trabalho (ou continuar nele) de forma atuante e em conformidade com a legislação vigente.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho se divide em quatro momentos, topificados em assuntos que estejam engajados na temática, relacionando cada um entre si e nos resultados obtidos.

No primeiro momento, está ressaltado neste trabalho um levantamento sobre os atributos da informação contábil, envolvendo a confiabilidade, tempestividade, compreensibilidade e comparabilidade, descrevendo o que cada atributo representa diante das demonstrações contábeis e os conhecimentos da empresa. Também contempla informações sobre tributos e obrigações contábeis vinculados aos usuários e as empresas.

No segundo momento, está descrito os conhecimentos a respeito do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, incluindo sua criação, finalidade, objetivos,

vantagens e outras questões importantes para o desenvolvimento da temática. Ainda estão relacionados projetos que são indispensáveis para o manuseio do SPED, como a Escrituração Fiscal Digital - SPED FISCAL, Escrituração Contábil Digital – SPED CONTÁBIL e a Nota Fiscal Eletrônica.

No terceiro momento, apresenta-se a metodologia adotada, divididos em etapas e procedimentos para o desenvolvimento deste estudo. Existem apontamentos sobre a pesquisa bibliográfica, estudo de caso, e apresentação da empresa participante.

Por último, estão os resultados da entrevista estruturada, que foi aplicada com os profissionais da contabilidade que são responsáveis por gerar informações e outros atributos do SPED, considerando o repasse das informações pertencentes à empresa participante da pesquisa. Portanto, neste último momento, apresenta-se o perfil da empresa, o perfil dos profissionais da contabilidade que estão vinculados na empresa, sua formação e função diante da escrituração contábil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ATRIBUTOS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A contabilidade é uma ciência que visa geração de informações quantitativas e qualitativas referente as entidades. Essas informações contábeis são expressas de diferentes formas, seja em demonstrações, escrituração, documentos, livros planilhas, notas, gráficos, e outros meios exigidos pela legislação, tendo como finalidade a compreensão do estado real da empresa, de sua evolução, e outros, tornando uma base confiável para decisões futuras.

A informação contábil deve ser veraz equitativa, satisfazendo as necessidades que diversos usuários possuem, incluindo um alto número de pessoas, não podendo privilegiar exclusivamente determinada pessoa ou grupo, considerando que os desejos e interesses de cada um são distintos (RESOLUÇÃO CFC Nº 1.028, 2005).

Desta forma a informação contábil, dando maior enfoque nas demonstrações contábeis, inclusive nas previstas em legislação, deve-se conter conhecimentos sobre a empresa, de modo a facilitar a concretização dos propósitos do usuário, revestindo-se de atributos, dentre outras, são indispensáveis: confiabilidade, tempestividade, compreensibilidade e comparabilidade (RESOLUÇÃO CFC Nº 785, 1995).

Para que a informação seja útil é preciso que tenha confiança, ou seja tenha veracidade, não contendo erros ou vieses relevantes e representar adequadamente aquilo que se propõe a representar (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBIL, 2008).

Quanto a confiabilidade, a Resolução CFC Nº 785 (1995) apresenta que:

A confiabilidade é atributo que faz com que o usuário aceite a informação contábil e a utilize como base de decisões, configurando, pois, elemento essencial na relação entre aquele e a própria informação. A confiabilidade da informação fundamenta-se na veracidade, completeza e pertinência do seu conteúdo (RESOLUÇÃO CFC Nº 785, 1995, p. 3).

Na administração da entidade, deve-se haver um ponderamento entre os méritos relativos entre a tempestividade da divulgação e a confiabilidade da informação fornecida (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBIL, 2008).

Quanto à tempestividade, temos que:

A tempestividade refere-se ao fato de que a informação contábil deve chegar ao conhecimento do usuário em tempo hábil, a fim de que este possa utilizá-la para seus fins. Nas informações preparadas e divulgadas sistematicamente, como as demonstrações contábeis, a periodicidade deve ser mantida (RESOLUÇÃO CFC Nº 785, 1995, p. 3).

Desta forma, percebe-se que este atributo torna-se importante para que o usuário possa ter as informações em tempo imediato, instantâneo ou com certa periodicidade para que as demonstrações contábeis sejam informadas no período determinado.

A compreensibilidade diz respeito a:

A compreensibilidade presume que o usuário disponha de conhecimentos de Contabilidade e dos negócios e atividades da entidade, em nível que o habilite ao entendimento das informações colocadas à sua disposição, desde que se proponha a analisá-las, pelo tempo e com a profundidade necessária. A compreensibilidade concerne à clareza e objetividade com que a informação contábil é divulgada, abrangendo desde elementos de natureza formal, como a organização espacial e recursos gráficos empregados, até a redação e técnica de exposição utilizadas (RESOLUÇÃO CFC Nº 785, 1995, p. 03-04).

A compreensibilidade é uma qualidade essencial das informações apresentadas nas demonstrações contábeis, uma vez que é de suma importância que o usuário entenda a finalidade da informação contábil. Assim, é essencial que o usuário tenha conhecimentos razoáveis dos negócios, atividades econômicas e contabilidade e a disposição de estudar as informações com diligência (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBIL, 2008).

Se houver a necessidade de inserir informações mais relevantes, não deve-se excluí-las, mesmo tendo ciência de que alguns usuários não entenderiam.

Segundo a Resolução CFC Nº 785 (1995) o atributo da comparabilidade é caracterizado por alguns fatores, como:

A comparabilidade deve possibilitar ao usuário o conhecimento da evolução entre determinada informação ao longo do tempo, numa mesma entidade ou em diversas entidades, ou a situação destas num momento dado, com vista a possibilitar-se o conhecimento das suas posições relativas (RESOLUÇÃO CFC Nº 785, p. 04).

Os usuários podem realizar comparações entre demonstrações contábeis de uma entidade ao longo do tempo, com interesse em identificar tendências diante da posição patrimonial e financeira, bem como no desempenho. Portanto, os usuários precisam ter informações suficientes que permitam identificar as diferenças e semelhanças entre práticas contábeis aplicadas a transações e eventos semelhantes (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBIL, 2008).

Campos et al. (2012) retratam que na Contabilidade ao suprir a necessidade de fatos de usuários internos quanto externos da organização, gera informações relevantes e confiáveis, ficando evidente a importância para economia em geral.

Assim, no Comitê de Pronunciamento Contábeis CPC 26 (2011) foram incluídas como características qualitativas das informações contábeis fundamentais a relevância e a representação fidedigna. Este fato se deu porque a informação contábil para se tornar útil, precisa ser relevante e representar com fidedignidade as informações representadas, em que sua utilidade é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível.

As informações contábil-financeira relevante são aquelas capazes de diferenciar as decisões que possam ser tomadas pelos usuários, fazendo diferença nas decisões se tiver valor preditivo, valor confirmatório ou ambos, e também tem valor preditivo se puder ser utilizada com dado de entrada em processos empregados pelos usuários para predizer futuros resultados (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS CPC 26, 2011).

E ainda, as informações contábil-financeira, da representação fidedigna, que retrate a realidade econômica, deve incluir toda informação necessárias para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado, incluindo as descrições e explicações necessárias (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS CPC 26, 2011).

Para Vasconcelos (2014) foi mensuração a qualidade da informação contábil através da criação de uma ferramenta de medição abrangente composta em termos das características qualitativas fundamentais (relevância e representação fidedigna) e

as características qualitativas de aprimoramento (compreensibilidade, comparabilidade e tempestividade)

Ainda existe nestes termos os tributos e obrigações contábeis, que estão ligadas as pessoas jurídicas e equiparadas, perante a Legislação Comercial, Fisco Federal, Ministério do Trabalho e Previdência Social, aplicados a partir de tributação de Imposto de Renda e são obrigados a cumprir várias obrigações ou normas consideradas legais.

2.1.1 Tributos e Obrigações contábeis

O tributo é uma expressão que diz respeito àquilo que, por dever, é entregue ao Estado.

Segundo o art. 3º do Código Tributário Nacional (1966):

Art. 3º - tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

Os tributos e obrigações acessórias estão presentes em todo o Brasil, tendo mais de 89 tributos em vigor, que estão obedecendo ao Art. 145 da Constituição Federal (1988) e ao Art. 5º do Código Tributário Nacional (1966). Por este último, tem-se que o tributo é tudo aquilo que pode ser mensurado em moeda ou equivalente, que não esteja classificado como ato ilícito, em que sua cobrança abrange aspectos administrativos e judiciário.

O tributo é todo pagamento obrigatório ao Estado, sendo determinado como: pagamento efetuado em dinheiro, mas a lei poderá admitir que ele seja feito por meio de algo de valor equivalente à moeda; tributo não é penalidade por infração; apenas multa constitui sanção pecuniária decorrente de ato ilícito; sem lei que o institua não existe tributo; e a cobrança deve ser realizada conforme determina a lei (DUARTE, 2011).

Já as obrigações acessórias, totalizam 170 a serem cumpridas, variando de acordo com a atividade da empresa, porte, ou tributos que ela recolhe e o estado

onde ela se localiza. A obrigação tributária é dividida entre principal e acessória, em que “a obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador. Seu objeto é o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária. Extingue-se com o crédito dela decorrente” e “a obrigação acessória tem origem na legislação para municiar a administração tributária de informações de interesse da arrecadação ou da fiscalização” (DUARTE, 2011, p. 101).

Borges (2014, p 3) assegura que “o pagamento do tributo em si é a obrigação principal, e as obrigações acessórias consistem em todas aquelas atividades que devem, obrigatoriamente, ser praticadas pelos contribuintes, de maneira instrumental ao pagamento dos tributos.”.

Esta obrigação de tributos é um momento essencial, sendo um pagamento de caráter fundamental, para que as empresas fiquem acobertadas em sua funcionalidade e quantos aos repasses das informações contábeis aos fiscos.

2.2 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED

A escrituração tem como principal função o registro de fatos que acontecem em uma determinada empresa, que teve seu início através de registros manuais, que necessitava de um tempo maior para execução destes serviços, através das informações descritas nestes registros. Com isso, o surgimento de novas tecnologias e exigências fiscais tornou o trabalho mais flexível, rápido, através dos registros que passaram a serem digitais (SAITO e ABEL, 2015).

Na obra *Big Brother Fiscal III – O Brasil na Era do Conhecimento*, de Roberto Dias Duarte, é usado este termo para denominar o conjunto de ações das autoridades fiscais brasileiras, objetivando obter informações sobre todas as operações empresariais em formato digital.

Antes dessa revolução diante do conhecimento fiscal, boa parte dos fiscos atuantes no Brasil tinha aprimorado os seus sistemas de fiscalização, no entanto apenas efetivava um cruzamento as informações do próprio banco de dados que tinham permutadas com outras esferas do poder, levando a um aumento substancial do combate a evasão fiscal (DUARTE, 2009).

A evasão fiscal é descrita por Duarte (2011) como o uso de meios ilícitos para evitar o pagamento de tributos, em que o contribuinte não cumpre com a obrigação legal, seja através de omissão de informações, declarações falsas e/ou produções de documentos que contenha informações falsas ou distorcidas.

Para Duarte (2009) o Brasil esteve passando no século XXI por uma segunda onda de transformações empresariais, e na visão do autor trata-se de uma ferramenta tecnológica para inserção das autoridades fiscal na Era do Conhecimento denominada como Projeto SPED.

O nascimento do Projeto SPED teve seu início diante da Emenda constitucional nº 42, que foi aprovada em 19 de dezembro de 2003, que institui às administrações tributárias da União, Estados, Distrito Federal e Municípios que atuassem de forma integrada, principalmente nos cadastros e informações fiscais. Com isso, visando atender as posições da lei, foi realizado, em Salvador no ano de 2004, o I encontro Nacional de Administradores Tributários (ENAT), reunindo o secretário da Receita Federal, os secretários de Fazenda dos estados e do Distrito Federal e os representantes das Secretarias de Finanças dos municípios das capitais (DUARTE, 2011).

No encontro, foram aprovados dois Protocolos de Cooperação Técnica, um objetivando a construção de um cadastro sincronizado que atendesse aos interesses das administrações tributárias, e outro para viabilizar o desenvolvimento de métodos e instrumentos atendendo aos interesses das respectivas administrações tributárias. Em agosto de 2005, durante o II ENAT, foram assinados os Protocolos de Cooperação nºs 02 e 03, como o objetivo de desenvolver e implantar o Sistema Público de Escrituração e a Nota Fiscal Eletrônica (DUARTE, 2011, p. 64).

Um dos projetos mais importantes e atuantes na área Contábil na atualidade é o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que foi instituído pelo Decreto nº 6.022 de 22 de janeiro de 2007, para modernização e padronização das informações que anualmente são enviadas aos órgãos competentes, com finalidade de acompanhar e fiscalizar as informações prestadas, promovendo agilidade e eficácia na atuação dos fiscos.

O projeto SPED está consolidando-se graças à atuação histórica das autoridades fiscais, no que tange o relacionamento com o setor privado. O clima de parceria é marcante nas reuniões do grupo de trabalho do SPED, de forma que as empresas participantes dos projetos-piloto estão conseguindo modernizar suas estruturas de

controladoria e, ao mesmo tempo, atender às demandas do fisco eletrônico. Ou seja, empresas e autoridades estão trabalhando baseadas em uma relação 'ganha-ganha', até então inédita em nosso País. (DUARTE, 2009, p. 70)

Nascimento (2012) diz que o SPED surgiu como modernização das obrigações acessórias transmitidas ao governo, unificando as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros fiscais e contábeis, além das demais documentações de cunho empresariais.

Segundo Borges (2014) o SPED tem o objetivo de informar e aproximar a relação entre o fisco e os contribuintes, visando à uniformização da escrituração contábil e fiscal e as obrigações acessórias decorrentes da primeira.

Além que possibilitará o compartilhamento de informações entre as Administrações Fazendárias Federal, Estaduais e Municipais e o cruzamento de lançamentos realizados pelos contribuintes.

Brasil (2012, p. 01) observa que o SPED:

Consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital.

Com isso, as empresas passam a enviar as informações por sistema digital online, em que os arquivos encaminhados farão parte da base de dados única e compartilhada pelo fisco e órgãos autorizados (FERNANDES e KIRINUS, 2014). Estes dados poderão ser acessados diretamente no sistema pelo Governo Federal, os Estados e as instituições para obter informações desejadas.

Quanto aos objetivos do SPED, Brasil (2012, p. 01) descreve que são:

Promover a integração dos fiscos, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas às restrições legais. Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores. Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

Mafra (2013) destaca a importância da finalidade do SPED, que substitui os registros e livros de escrituração fiscal impressos pelo armazenamento das informações por meio de arquivos eletrônico, dispensando os custos com armazenamento e manutenção, bem como com impressão e melhoria do espaço físico para empacotamento de diversos livros.

No Decreto nº 7.979 de 8 de abril de 2013, houve diversas alterações, como:

Art. 2º O SPED é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

Para Mafra (2013) uma das coisas que permanece no fornecimento das informações, são as penalidades sofridas pelas empresas em casos de omissão de informações e retificações de informações prestadas incorretamente, no que acarreta em transtornos e prejuízos financeiros, que podem refletir diretamente no custo final do produto.

Quanto aos investimentos das empresas, destaca-se:

Aquisição e atualização de sistemas de informática e o investimento em cursos e treinamentos na qualificação profissional ou contratação de novos funcionários já qualificados e aptos na utilização e envio das informações pelo Sistema Público de Escrituração Digital (MAFRA, 2013, p. 86).

Desta forma percebe-se que as empresas são obrigadas a investir nos cursos de aprimoramento e treinamento dos seus empregados ou então contratar mão de obra qualificada e especificada para tal atividade.

As atividades executadas pelos profissionais da contabilidade fornecem informações que exercem grande influência na vida das pessoas, das empresas, fisco, clientes, investidores e outros usuários sem beneficiar qualquer um em particular. No entanto, para que alcance os objetivos estabelecidos, espera-se do contador comportamento de boa conduta, competência, transparência e ética nos serviços prestados (SAITO e ABEL, 2015, p. 43).

Neste caso, por se tratar de um profissional que esteja engajado no repasse de informações é ideal que ele lide com documentos com ética e transparência para

que não haja sonegação, fraude ou má-fé no momento de dispor das informações, devendo haver uma qualificação deste para que não tenha multas futuras.

Esse investimento permitirá que a empresa esteja em conexão com o Estado e seus clientes, de modo que:

A implantação do SPED leva as empresas prestadoras de serviços contábeis e os profissionais da área, a atuarem como uma conexão entre o Estado e seus clientes, e para isso, necessitam estar munidos com ferramentas atuais necessárias a implantação e ao domínio pleno de toda parte operacional e funcional do projeto (NEVES JUNIOR *et al.*, 2011, p. 2).

Com isso, muitos dos empresários de grandes empresas tendem a se preocupar sobre a prestação de serviços e das informações ao fisco, devendo haver uma confiabilidade entre as informações prestadas e a realidade vigente na empresa, e o SPED poderá entrar neste meio como ferramenta.

Ainda sobre a implantação do SPED:

É imprescindível a participação de um profissional contábil com habilidades de análise, síntese, comunicação interpessoal e atento à legislação, aliado ao profissional de tecnologia da informação para o sucesso da implantação desse novo projeto (NEVES JUNIOR *et al.*, 2011, p. 9).

Os benefícios proporcionados pela implantação do SPED destacam-se em grande parte o favorecimento do governo e das empresas, como na prestação de várias informações e na unificação das informações, bem como na padronização do certificado digital (MAFRA, 2013).

Estes certificados digitais (CD) podem ser comparados a um passaporte virtual, tratando-se de um arquivo eletrônico, contendo dados para identificar uma pessoa (nome, data de nascimento, CPF, título de leitor, e-mail), que servem de garantia de autoria, garantia de integridade e garantia de não repúdio (DUARTE, 2009).

Ainda sobre o CD, Duarte (2011) destaca que é um mecanismo tecnológico que é selecionado para disponibilizar informações fiscais para o próprio contribuinte ou para quem ele autorizar, utilizando essa poderosa ferramenta de comunicação disponível sem que outras pessoas possam ser identificadas com precisão.

No site da Receita Federal do Brasil (Brasil, 2012), estão descritos alguns dos benefícios que os SPED proporcionam são: redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel; uniformização das informações que a contribuinte presta às diversas unidades federadas; redução do tempo despendido com a presença de auditores fiscais nas instalações do contribuinte; simplificação e agilização dos procedimentos sujeitos ao controle da administração tributária (comércio exterior, regimes especiais e trânsito entre unidades da federação); rapidez no acesso às informações; possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um leiaute padrão; redução de custos administrativos; melhoria da qualidade da informação; possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais; e aperfeiçoamento do combate à sonegação.

Quanto aos desafios da empresa perante a implantação do SPED:

As empresas, para assegurar a qualidade dos dados que serão enviados ao fisco, necessariamente deverão realizar mudanças significativas em sua cultura, estrutura organizacional, processos, investimento em tecnologia da informação e capacitação de seus profissionais, podendo até mesmo melhorar seu processo de gestão (NEVES JUNIOR *et al.*, 2011, p. 10).

Assim, é possível detectar que diversos são os benefícios e desafios que a empresa terá com a implantação do SPED, que estão intimamente ligados a organização da empresa, o seu espaço físico, a qualificação dos empregados, e no preço final dos serviços e produtos.

Para Duarte (2011) este modelo é de suma importância, visando os três pilares fundamentais: formação, informação e tecnologia, pois esses três elementos juntos são complementares entre si. Essa fusão é capaz de gerar a sinergia necessária às pessoas, às empresas e ao país, alcançando as vantagens da competitividade sustentáveis, conseguindo o destaque por diferenciação ou por meio do aumento da produtividade.

Os órgãos fiscalizados utilizam as informações do SPED para controlar e auditar de maneira mais ágil e precisa, através do cruzamento das informações sobre as empresas (SANTOS *et al.*, 2014). Além do fato de projetar uma padronização, principalmente perante as informações fiscais e tributárias.

Este fato, para Neves Junior *et al.* (2011, p. 04) ainda unifica “as atividades de recepção, validação, armazenamento de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal das empresas.”.

Para Silva (2012) o projeto do SPED é uma iniciativa de integração entre as esferas governamentais (os municípios, estados e o governo federal), e esta relação intrínseca assenta três grandes projetos: Escrituração Fiscal Digital, Escrituração Contábil Digital e a Nota Fiscal Eletrônica em Ambiente Nacional.

Um dos grandes desafios das autoridades fiscais está no ato de fiscalizar, já que existem mais de 5 milhões de empresas legalmente constituídas e mais de 10 milhões informais. Assim, o SPED proporcionará utilizar a tecnologia da informação e conhecimento científico, criando uma inteligência fiscal capaz de realizar operações em larga escala (DUARTE, 2009).

2.2.1 Escrituração Fiscal Digital (EFD) – Sped Fiscal

A Escrituração Fiscal Digital (EFD) se deu através da instituição do Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, que fez parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal.

Após esta iniciativa, no dia 22 de janeiro de 2007, foi instalado por Decreto 6.022/07, alterado pelo Decreto nº 7979 de 08 de abril de 2013, foi instituído pelo Governo Federal o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

As empresas para permanecerem ou entrarem no mercado do trabalho necessitam atender a legislação tributária vigente. Uma vez inserida na obrigatoriedade da EFD se faz necessário realizar investimentos tecnológico e intelectual para o manuseio das informações de forma correta com a consistência tributária adequada (VIEIRA, 2014).

Este sistema substituiu o papel pela versão digital, que envolve os livros de registro de entradas, registros de saídas, registros de apuração do ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços), registro de apuração do IPI (imposto sobre produtos industrializados) e registros de CIAP para as empresas que tem

créditos sobre ativo imobilizado e registro de inventário (BORGES, 2014; SANTOS *et al.*, 2014).

Os arquivos da EFD devem ser assinados com certificado digital do representante legal da empresa e transmitido via internet. Tem periodicidade mensal e devem apresentar informações relativas há um mês civil ou fração, ainda que as apurações dos impostos (ICMS e IPI) sejam efetuadas em períodos inferiores a um mês, segundo a legislação de cada imposto. O prazo de entrega é definido pelas Administrações Tributárias Estaduais. (BORGES, 2014, p. 09)

Assim, através deste sistema as informações que são descritas podem ser alteradas, excluídas, havendo a assinatura digital e a transmissão ao fisco, de forma mensal.

No registro de entradas, são obrigatórios para as empresas, seja de cunho comercial ou industrial, fornecendo todos os registros de compras de mercadorias e serviços recebidos em determinado período (DUARTE, 2011). Nesse registro é importante observar os dados do fornecedor, como o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), Inscrição Estadual, Razão Social, Código Fiscal e Prestação (CFOP), data de emissão da nota fiscal e início dos códigos de entradas 1, 2, 3 que tratam de operação de compra de produtos, compra para uso e consumo ou compra de imobilizados.

Já nos registros de saídas, Saito e Abel (2015) informam que diferem dos registros de entradas, caracterizados como os registros de notas de vendas dos produtos. Analisando os mesmos dados descritos nos Registros de Entradas nas notas fiscais.

Para Duarte (2009) na EFD deve ser representada toda movimentação de entrada, saída e inventário de mercadorias e serviços, além de outros fatores, como a apuração do ICMS e IPI.

A para os registros de apuração do ICMS, Saito e Abel (2015) ressaltam que no livro de apuração do ICMS são registrados os valores contábeis e fiscais que fazem referência às operações de entradas e saídas, registrando ainda os débitos e créditos, apuração de saldos e verificações, e ainda em resultados positivos fazer o aproveitamento dos valores em meses subsequentes, e em caso negativo, fazer o recolhimento do imposto devido. Nos registros de Apuração do IPI é realizado da mesma forma do ICMS, verificando os impostos apurados no período, observando se será necessário o recolhimento do devido imposto ou aproveitamento do saldo.

Santos *et al.* (2014, p. 03) colaboram que o Sped Fiscal “possui tabelas como as de NCM’s (Nomenclatura Comum do Mercosul) e é por meio desses vínculos que o Fisco poderá buscar indícios de fraudes ou de sonegação, bem como a realização do cruzamento de informações.”.

2.2.2 Escrituração Contábil Digital (ECD) – Sped Contábil

A Escrituração Contábil Digital (ECD) é parte integrante do projeto SPED, tendo como objetivo a substituição da escrituração em papel pela escrituração transmitida através de arquivos digitais (BRASIL, 2012).

Logo, a empresa ao ser obrigada a apresentar a ECD terá de utilizar sistemas, internet, certificação digital, e outros recursos a fim de honrar o cumprimento dessa obrigação acessória (VIERIA, 2014). Considerando que “as atividades executadas pelos profissionais da contabilidade fornecem informações que exercem grande influência na vida das pessoas, das empresas, fisco, clientes, investidores e outros usuários sem beneficiar qualquer um em particular.” (DUARTE, 2011, p. 60).

Para Nascimento (2012) ao elaborar dados contábeis e inseridos no SPED, estes ainda passam por um processo de validação, descrito como:

Com a implantação do SPED, a elaboração dos dados contábeis é feita pelo próprio sistema da empresa que gera o arquivo no modelo específico pelo fisco; esses dados são validados pelo Programa Validados e Assinador – PVA; após a validação o arquivo digital é enviado para o ambiente SPED através do programa gerador da receita federal. Concluída a transmissão é fornecida um recibo com informações importantes para a prática de atos posteriores (NASCIMENTO, 2012, p. 07).

Desta forma, por meio do PVA do Sped Contábil são exercidos alguns passos. Entre eles se encontram: a validação do arquivo contendo a escrituração; assinatura digital do livro pelas pessoas que têm poderes para assinar; geração e assinatura de requerimento para autenticação dirigido à Junta Comercial de sua jurisdição; assinados a escrituração e o requerimento, fala a transmissão para o

SPED; Concluída a transmissão, será fornecido o recibo; e imprima-o, pois ele contém informações importantes para a prática de atos posteriores (BRASIL, 2012).

Para Borges (2014) a ECD substitui impressão em papel do livro diário e seus auxiliares, livro razão e seus auxiliares, livro balancetes diários, balanços e fichas de lançamentos comprobatórios dos assentamentos neles escritos para uma versão digital. Desta forma, Santos *et al.* (2014) contribuem que as empresas tributadas pelo regime do Lucro Real, ou aquelas sujeitas ao compartilhamento econômico tributário diferenciado, são obrigadas ao envio da ECD até o prazo, sendo este o último dia útil de junho do ano seguinte ao da escrituração.

Para Duarte (2009) a escrituração contábil deve refletir as operações reais que acontecem na empresa, englobando o faturamento, movimentação de estoques, finanças e outras. O desafio é ter a contabilidade coerente, real e íntegra, auditável eletronicamente pela empresa e o fisco.

2.2.3 Nota Fiscal Eletrônica – NF-e

Este foi um dos primeiros projetos que deram abertura para planejamento e criação de outros programas que visam à melhoria das informações realizadas pelas empresas. Para Santos *et al.* (2014, p. 30-31) “a nota fiscal eletrônica foi o primeiro projeto executado constante no SPED, visando substituir a sistemática atual de emissão do documento fiscal em papel, com validade jurídica garantida pela assinatura eletrônica.”.

Da mesma forma, para Vieira (2014) a NF-e é um projeto de alta relevância, pelo fato de ser responsável pelo registro das principais operações fiscais das organizações. Ela pode ser emitida por todas as empresas brasileiras com exceção das que vendem unicamente para consumidores em balcão, já que estes emitem apenas o cupom fiscal.

Com isso, de acordo com Ferreira (2012) a NF-e substitui:

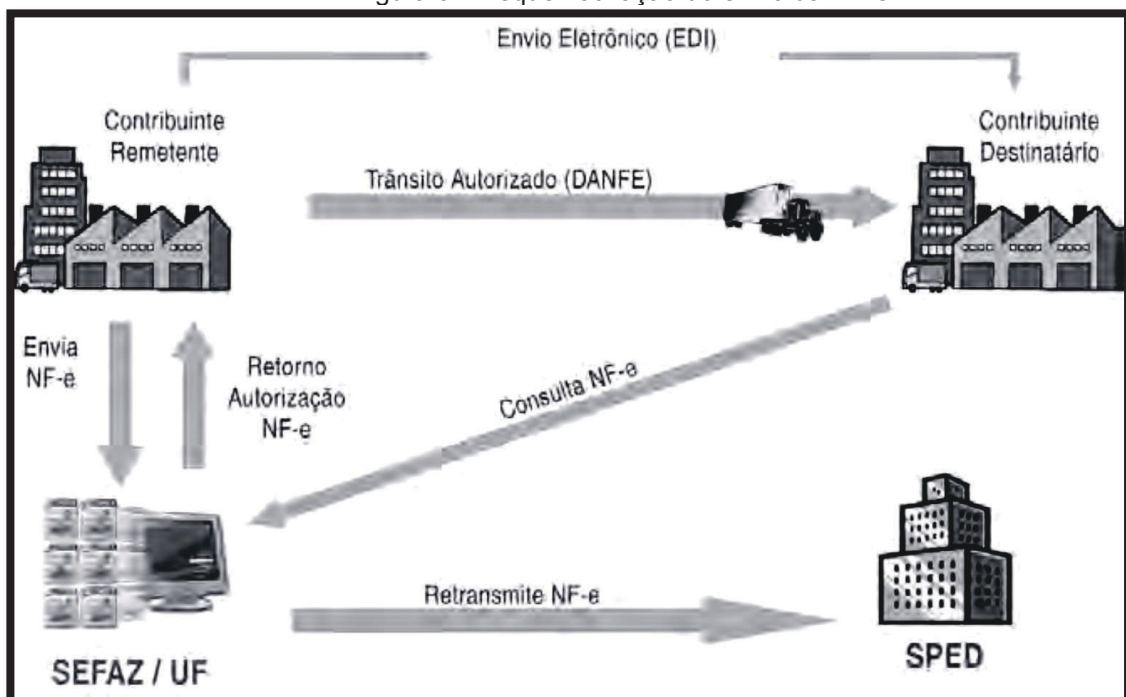
A nota fiscal de entrada, operações de importação, operações de exportação, operações interestaduais ou ainda operações interestaduais ou ainda operações de simples remessa, em outras palavras, a NF-e é utilizada para documentar as transações

comerciais com mercadorias entre pessoas jurídicas (FERREIRA, 2012, p. 20).

Na prática, o remetente gera um arquivo no formato padrão da NF-e, assinando-a digitalmente, e o submete através da internet, a Secretaria da Fazenda (SEFAZ) e em alguns minutos, ele deve-se consultar através da internet a situação quanto à autorização de uso da NF-e. Após estes passos a mercadoria poderá circular (DUARTE, 2009).

Para Silva (2015) os benefícios do uso desta ferramenta envolvem “os contadores e empresas contábeis [...], pois haverá a facilitação e simplificação da escrituração fiscal e contábil, gerenciamento eletrônico de documento, oportunidade de sérvios e consultoria à NF-e”.

Figura 01: Esquemática do envio da NF-e.



Fonte: Duarte, 2009.

Uma das vantagens relacionadas à NF-e é destacar a diminuição de tempo de parada dos caminhões de entrega nos postos de fiscalização e a redução no custo de emissão e armazenamento, aumento da confiabilidade da Nota Fiscal, diminuição ou eliminação da sonegação e aumento da arrecadação, fortalecimento da integração entre os fiscos, rapidez no acesso à informação, e outros (BORGES, 2014).

No ano de 2010 NF-e chegou a toda a indústria e comércio atacadista, e em alguns estados foi considerada, também, a possibilidade de incluir produtos rurais nessa obrigatoriedade de emissão (DUARTE, 2011).

Segundo Duarte (2011) desde abril do ano de 2011 todas as empresas que emitiam a NF-e passaram a utilizar uma nova versão deste documento, descrita como NF-e 2.0 ou segunda geração, como é normalmente denominada. Ela possui mais segurança na comunicação eletrônica com a unificação padrão de comunicação, incluindo, reorganizando e eliminando alguns campos existentes, como o registro de operações práticas pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional.

A versão 2.0 é uma evolução do controle de vida da Nota Fiscal eletrônica, pois enquanto a anterior registrava somente três eventos (autorização, cancelamento e denegação), a nova passou a considerar outros momentos de sua existência, dentre os quais passagens pelos postos de fiscalização, ocorrências diversas e demais aspectos envolvendo rastreamento total da mercadoria (DUARTE, 2011, p. 68).

Silva (2015) ressalta que a partir de 31 de março de 2016 desativará a versão 2.0 da NF-e, passando a utilizar a versão 3.10, trazendo uma série de mudanças para o usuário do sistema. Essas mudanças se dizem respeito à facilidade de interpretação e leitura digital do documento e não exige um novo layout de integração para todo tipo de sistemas.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPIFICAÇÃO

3.1.1 Classificação quanto aos objetivos gerais

No que se refere à tipologia quanto aos objetivos, esta pesquisa se apresentou uma abordagem exploratória, uma vez que focou em algo que necessita ser esclarecido ou explorado no campo de conhecimento da contabilidade.

Neste caso explorou as dificuldades que a empresa obteve na implantação do SPED na empresa.

Na pesquisa exploratória, tem-se como primeiro passo engajar na temática, já que para Beuren (2006, p. 80):

Ocorre quando há pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada. Por meio do estudo exploratório, busca-se conhecer com maior profundidade o assunto, de modo a torná-lo mais ou construir questões importantes para a condução da pesquisa.

Este tipo de pesquisa se aplica quando se pretende levantar conhecimentos sobre determinado assunto, obtendo maiores aprofundamentos sobre um assunto que se deseja conhecer.

Neste sentido Beuren (2006, p. 81) afirma que:

Explorar um assunto significa reunir mais conhecimentos e incorporar características inéditas, bem como buscar novas dimensões até então não conhecidas. [...] a fim de possibilitar a realização de outros tipos de pesquisa acerca do mesmo tema, como a pesquisa descritiva e a pesquisa explicativa.

Assim, no campo da contabilidade este tipo de pesquisa vale para concentrar-se em algo que precisa ser esclarecido, isto é, apresentar as dificuldades da empresa na adoção do SPED fiscal.

3.1.2 Classificação quanto aos procedimentos técnicos

A tipologia quanto aos procedimentos foi utilizada o estudo de caso, que se trata de um estudo concentrado de um único caso, isto é, a inserção do SPED FISCAL dentro de uma empresa.

Este tipo de pesquisa:

É realizado de maneira intensiva, em decorrência de os esforços dos pesquisadores concentrarem-se em determinado objeto de estudo. No entanto, o fato de relacionar-se a um único objeto ou fenômeno constitui-se em uma limitação, uma vez que seus resultados não podem ser generalizáveis outros objetos ou fenômenos (BEUREN, 2006, p 84).

Assim, foi utilizado um estudo de caso com a finalidade de promover conhecimentos amplos e detalhados sobre o objeto de estudo, possibilitar o estudo relacionado à implantação do SPED FISCAL na empresa para se identificar quais principais dificuldades na inserção deste.

3.1.3 Classificação quanto à forma de abordagem do problema

A pesquisa esteve imersa em uma abordagem qualitativa por analisar o processo de mudança de determinado grupo, neste caso a empresa, com certo nível de profundidade para entender o comportamento da mesma, relacionado às dificuldades na implantação deste novo sistema.

Com isso, Beuren (2006, p. 92) afirma que na pesquisa qualitativa:

Concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está estudando. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último.

Matias-Pereira (2012, p. 84) afirma que no método qualitativo “os dados obtidos são analisados de forma indutiva. Neste sentido, a interpretação dos

fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa”.

Logo, haverá o aprofundamento nos estudos da implantação do SPED FISCAL, relatando sobre as dificuldades que a empresa teve nas mudanças da cultura organizacional diante desta nossa ferramenta de informação.

3.2 CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO MÉTODO DE ABORDAGEM

Na pesquisa foi utilizado o método dedutivo, que parte de princípios reconhecidos e inquestionáveis que possibilitam chegar a conclusões formais, seguindo uma única lógica.

Assim, para Matias-Pereira (2012, p. 94) o raciocínio dedutivo tem por objetivo “explicar o conteúdo das premissas por intermédio de uma cadeia de raciocínio de ordem descendente, de análise do geral para o particular, a fim de se chegar a uma conclusão”.

Desta maneira, este raciocínio trata-se de um raciocínio lógico que faz uso da dedução para se alcançar alguma conclusão de algum assunto, estabelecendo alguma relação com o observado e o resultado obtido.

Para Teixeira (2005, p. 15) “o método dedutivo leva o pesquisador do conhecido ao desconhecido com pouca margem de erro, entretanto, é de alcance limitado, pois a conclusão não pode exceder as premissas.”.

Portanto, tomando a existência de verdades gerais afirmadas, isto é, as novas premissas exigidas pelo SPED FISCAL, que servem como base para atingir as conclusões, poderá alcançar os novos conhecimentos, neste caso as dificuldades de implantação da empresa.

3.3 EMPRESA ANALISADA

A empresa estudada é do ramo varejista e alimentício “MALVES SUPERMERCADO LTDA”. A empresa atua no mercado há 25 anos, atendendo clientes da cidade sede e das cidades circunvizinhas.

3.4 COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Por se tratar de um estudo de caso e ter por objetivos identificar as limitações que a empresa teve na implantação do SPED FISCAL, o uso do instrumento de coleta de dados foi uma entrevista com pessoas inseridas no processo e com os contadores da empresa, com perguntas abertas para buscar respostas que estejam relacionadas com as dificuldades no processo de implantação do SPED FISCAL.

Para Matias-Pereira (2012) a entrevista é um instrumento que possibilita obter informações de um entrevistado sobre determinado assunto ou problema vigente ao tema. A entrevista será padronizada ou estruturada, caracterizando um roteiro previamente estabelecido a respeito do SPED FISCAL e as dificuldades encontradas para sua implantação na empresa.

Sobre a análise dos dados, esta etapa ocorreu através de procedimentos a serem adotados na tabulação e análise dos dados, devendo ser feita para atender aos objetivos da pesquisa, fazendo referência aos dados e as provas com o objetivo de confirmar ou rejeitar os fatos levantados na pesquisa.

Por se tratar de uma pesquisa exploratória, os dados foram analisados de forma qualitativa, expressando e analisando as informações colhidas nas visitas e entrevista na empresa, correlacionando com a bibliografia levantada.

Assim, após o levantamento da teoria envolvendo o SPED, houve as visitas na empresa para conhecimento das limitações que os responsáveis pela alimentação do sistema tiveram. A coleta de informações aconteceu através de entrevista aberta com perguntas pré-estabelecidas, de modo que se obteve dados coerentes com a realidade da empresa.

Em seguida, analisaremos os dados colhidos, envolvendo-os na teoria levantada e comparando-os com os resultados da pesquisa realizada por outros autores. Com isso, foi possível a reflexão sobre o respeito das limitações e desafios

da implantação do SPED na empresa estudada/investigada, bem como as considerações finais.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 ANÁLISE DA EMPRESA PESQUISADA

Na pesquisa, foram adotadas a empresa de comércio varejista e gêneros alimentícios MALVES SUPERMERCADOS LTDA, situada à Rua José Galdino da Silva, nº 30, Centro, e sua filial, situada na Rua Dr. João Minervino Dutra de Almeida, nº 129, Centro, na cidade de Monteiro-PB.

Para realizar a escrituração, que passou a ser de forma digital, o empresário terceiriza este serviço através da empresa CONTAFACIO CONTABILIDADE, localizada na Rua Maria M. de Figueiredo, nº 45, Bairro Catolé em Campina Grande, Estado da Paraíba, disponibilizando quatro contadores para atendimento e consultoria da empresa em questão. Estes profissionais contábeis participaram da entrevista estruturada sobre a implantação do SPED, na perspectiva de suas dificuldades e desafios.

Esta escolha se deu por decisão do empresário, pois preferiu ter a parceria de uma empresa de outra cidade por estarem, na época, à frente na capacitação referente ao SPED.

Para manter o sigilo entre os participantes da entrevista, denotemos a partir deste ponto os profissionais contábeis como: Contador A, Contadora B, Contadora C e Contador D.

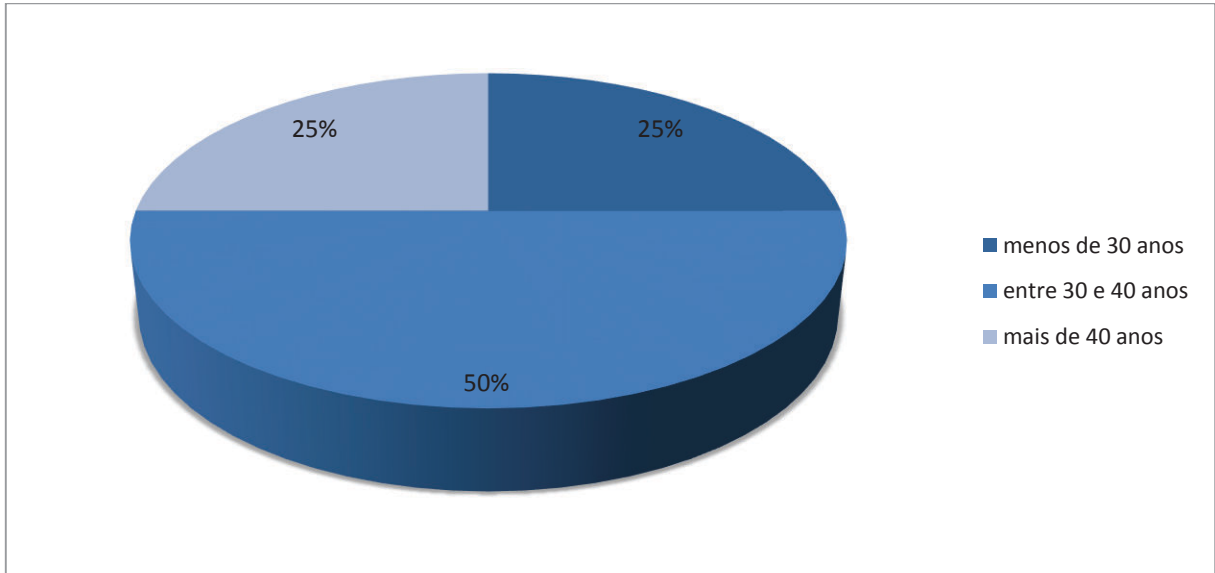
4.2 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Na entrevista participaram quatro profissionais contábil, verificando-se que dos entrevistados 50% são do gênero masculino e 50% são do gênero feminino, e assim há uma relação igualitária entre os gêneros dos profissionais contábeis que participaram da entrevista.

Em relação à faixa etária dos entrevistados, 02 estavam entre 30 e 40 anos, 01 com menos de 30 anos e 01 com mais de 40 anos, o que nos levam a perceber

que existem profissionais com mais experiência e profissionais com menos experiência no setor contábil naquele escritório, na qual pode-se observar a porcentagem no Gráfico 01 seguinte.

Gráfico 01: Faixa etária dos entrevistados.

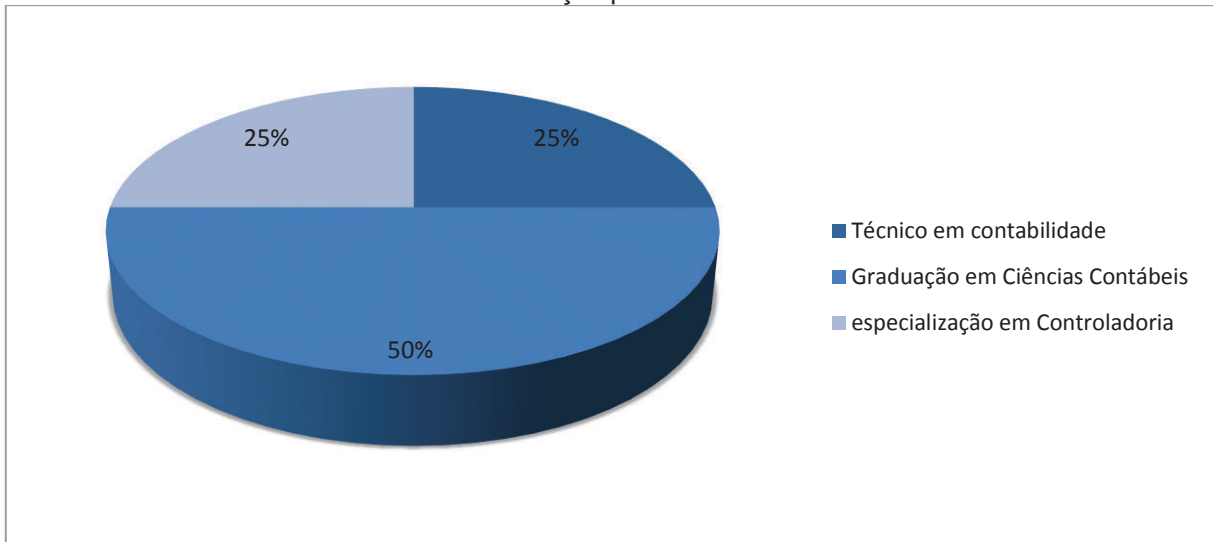


Fonte: Elaboração própria (2016)

Sobre o tempo de serviço dos profissionais pesquisados, constatou-se que 25% destes estão no mercado a mais de 10 anos e os outros 75% estão atuando na área contábil a menos de 10 anos, levando-nos a uma percepção de que a empresa é composta por profissionais experientes, que estão vinculados a diversas tarefas no setor contábil.

Quanto à formação dos entrevistados, 02 deles têm graduação em Ciências Contábeis cursados em universidades públicas no Estado da Paraíba e no Estado de Pernambuco, 01 tem formação em Técnico em Contabilidade cursado em instituição particular no estado da Paraíba e 01 tem Especialização em Controladoria em instituição particular no estado da Paraíba. Estes estão dispostos no Gráfico 02, apresentando a porcentagem dos entrevistados de acordo com a área de formação e o referente título.

Gráfico 02: Formação profissional dos entrevistados.



Fonte: Elaboração própria (2016)

A partir deste gráfico percebe-se que os profissionais atuantes no escritório estão em variados níveis de formação, tendo a maioria curso de graduação em ciências contábeis.

4.3 Entrevista estruturada com os profissionais contábeis

A entrevista foi realizada individualmente, no próprio escritório contábil que trabalham, com uma conversa estruturada, tomando nota das respostas e indagações que cada profissional apresentava sobre cada tema levantado a respeito da escrituração digital da empresa pesquisada.

Primeiramente foram perguntados aos profissionais contábeis, quais as dificuldades enfrentadas no setor de informação e comunicação da empresa, para repassar as informações, visando a alimentação do SPED.

O Contador A ressaltou que “a maior dificuldade encontrada foi a mudança que ocorreu bruscamente e quase sempre os sistemas de informação são obrigados a se adequar em curtos espaços de tempo”, em que essa adequação precisou ser feita com os recursos humanos do MALVES SUPERMERCADO, para que o repasse das informações ocorre de maneira rápida, coerente e de fácil entendimento.

Já o Contador D afirmou que um dos maiores problemas enfrentados foi a “falta de um profissional específico para o repasse de documentos importantes, como os Livros Diários, Livro Razões, Livro Balancetes, e outros, já que estes devem ser informados corretamente”, e a cidade de Monteiro, por estar desenvolvendo-se a cada ano nos diversos setores, houve dificuldades para encontrar algum profissional que lidasse com estes tipos de documentos.

Outra questão que esteve na entrevista foi se houve inovação ou capacitação com a pessoa que alimentava o Sistema do SPED, incluindo o SPED FISCAL.

A Contadora B ressaltou que “na maioria dos casos isso ocorreu por pura pressão de precisar enviar a informação.”, necessitando de um profissional que fosse formado em Ciências Contábeis ou cursos/áreas afins, que pudesse alimentar o sistema do SPED de forma correta, direcionando a empresa para validação e reconhecimento no setor empresarial.

A Contadora C reforçou que “na empresa, no caso do Supermercado em Monteiro, deveria ter um contador, e por isso sugeriu que tivesse uma pessoa que fizesse o curso de Ciências Contábeis em Monteiro, já que naquela cidade tinha este curso”, e com isso criar um setor exclusivo para alimentação do SPED, e não terceirizar o serviço em uma cidade tão distante de Monteiro.

Já o Contador D afirmou que houve a capacitação dos profissionais que estavam responsáveis por informar documentos aos contadores, bem como a dos contadores que estavam à frente do SPED na empresa em Campina Grande, através “da utilização de sites, como o da Receita Federal do Brasil, a realização de cursos, consultorias, revistas e periódicos, palestras, e outras fontes de informações”.

Quando questionados sobre a atualização da infraestrutura física da empresa MALVES SUPERMECADOS, todos os entrevistados entraram em um consenso, dando como resposta os pensamentos da Contadora B, que “a grande maioria das empresas foi obrigada a se adequar, muitas vezes precisando de pessoal capacitado”, contratando pessoas com melhor habilitação em Tecnologia da Informação e maiores conhecimentos sobre escrituração digital.

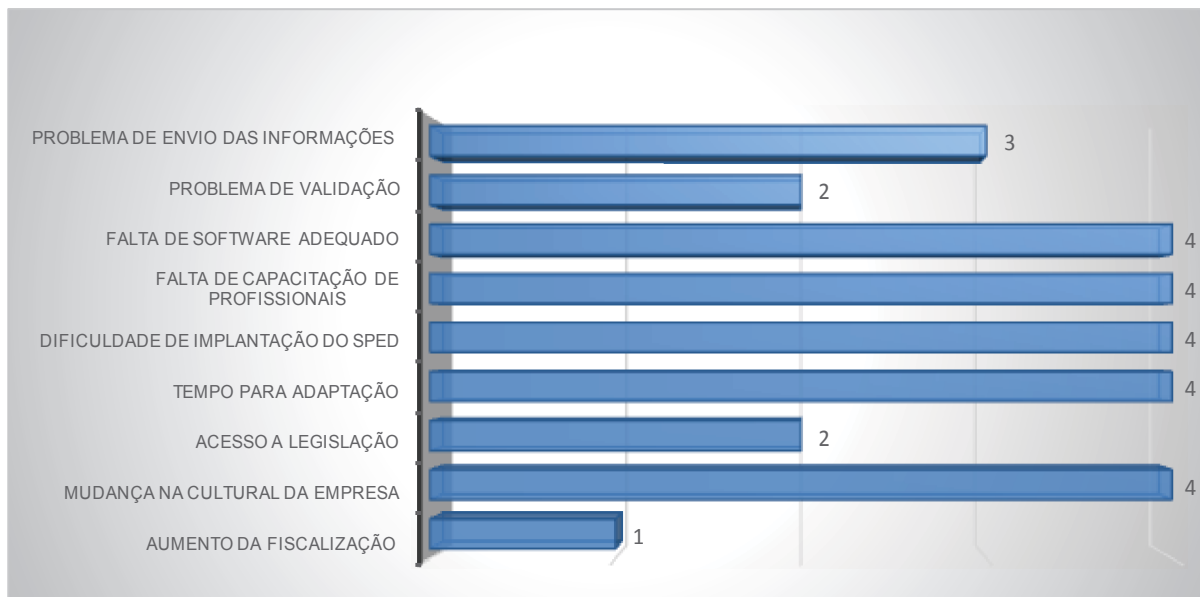
O Contador A afirmou que houve a necessidade de construir um escritório no prédio do supermercado, para que fosse adquirido computadores, scanner e impressoras modernas, e implantação de internet mais veloz, agilizando e facilitando

o trabalho dos contadores no momento de alimentar o SPED, e conseqüentemente facilitar o envio.

Outro questionamento levantado na entrevista foi sobre quais as maiores dificuldades enfrentadas ao trabalhar com a escrituração digital.

O gráfico 03 representa as principais dificuldades apresentadas pelos quatro entrevistados, quantificando cada dificuldade que cada um dos entrevistados citou.

Gráfico 03: Principais dificuldades apresentadas pelos entrevistados.



Fonte: Elaboração própria (2016)

No Gráfico 03 pode ser observado que todos os contadores pesquisados apresentaram que as principais dificuldades estavam vinculadas a mudança cultural da empresa, tempo para adaptação, dificuldades de implantação do SPED, a falta de capacitação de profissionais e de software adequado. E apenas um dos contadores lembrou que uma das dificuldades encontradas era o aumento da fiscalização.

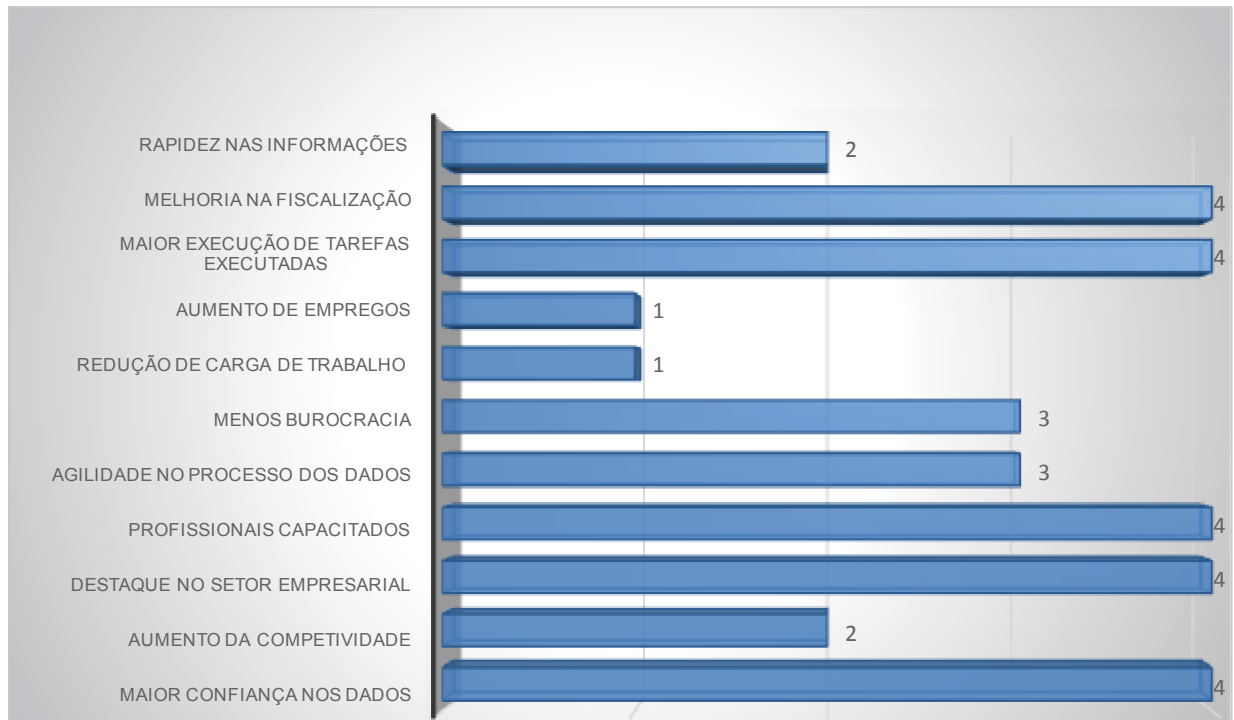
A Contadora C apresentou como resposta, reforçando a ideia dos demais, que “nem sempre as empresas estão equipadas ou fornecem todas as informações solicitadas pelo órgão público. Outra dificuldade é a grande quantidade de informações solicitadas com legislação precária e de difícil interpretação.”.

Sobre o questionamento das maiores vantagens que os profissionais da contabilidade perceberam por intermédio da escrituração digital na empresa, foram apresentados diversos respostas dos contadores entrevistados, analisando a partir das experiências vividas na implantação do Sistema Público de Escrituração Digital,

avaliando a mudança de hábito da empresa e aquisição de novos maquinários para o prédio.

O gráfico 04 apresenta as maiores vantagens da implantação da escrituração digital apresentadas pelos quatro entrevistados, quantificando cada ponto positivo que viram no momento de implantação do SPED no MALVES SUPERMERCADO LTDA.

Gráfico 04: Maiores vantagens apresentadas pelos entrevistados



Fonte: Elaboração própria (2016)

No Gráfico 04 pode-se observar que as maiores vantagens da implantação do SPED citadas por todos os contadores foram à maior confiança nos dados, destaque no setor empresarial, profissionais capacitados, maior execução de tarefas e melhoria na fiscalização. Apenas um contador lembrou que estes benefícios estavam relacionados à redução de carga de trabalho e o aumento de empregos.

A última pergunta feita na entrevista foi de que forma os entrevistados acham que a implantação do SPED contribuirá para o crescimento da empresa.

O Contador D afirmou que a implantação do SPED terá muito a contribuir para empresa, uma vez que “incentivando a buscar uma melhor qualidade de gerência de informações, que acaba beneficiando a empresa, capacitando pessoal, correção de erros grotescos na tributação, entre outros”.

A Contadora B contribuiu que com a implantação do SPED na empresa diversos são os ganhos diante das informações na tributação e do mercado competitivo atual, facilitando a fiscalização dos fiscos e de diversos órgãos competentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, vivenciamos no Brasil uma mudança considerável, tornando um divisor de águas para a área contábil, considerando a criação do sistema público de escrituração digital. Com isso, foi perceptível com este trabalho, que trata-se de um sistema muito complexo, traz diversos benefícios e desafios uma vez que requer para as empresas uma mudança da cultura empresarial.

É indispensável que todos estejam atentos as mudanças que ocorrem frequentemente na escrituração contábil, principalmente na era do conhecimento e da informática, exigindo-se que cada vez mais os profissionais se capacitem, e tenham conhecimento sobre as inovações tecnológicas, para que assim, atendam as novas exigências do fisco e do mercado. Incluindo também as necessidades de adaptação nos sistemas operacionais, nos registros contábeis e no treinamento do pessoal que executa as escriturações fiscais e contábeis.

Os objetivos da pesquisa foram atingidos, pois no tocante ao objetivo geral muitas foram as limitações para implantação do SPED, de modo a atualizar e qualificar os profissionais envolvidos na alimentação do programa e nas prestações de informações aos contadores e outras ações que levaram ao sucesso deste processo de inovação da escrituração digital.

No processo desenvolvido na empresa para implantação do SPED foi percebido que a empresa teve que qualificar os profissionais da empresa para informar os documentos necessários para que os contadores da empresa, responsável pelo SPED do MALVES SUPERMERCADO, pudessem alimentar o sistema. Bem como houve a proposta a um dos funcionários a cursar Ciências Contábeis, para que assim, a empresa se destaque no mercado atual e esteja em quitação com Receita Federal.

A empresa sendo obrigada a adequar-se no sistema de escrituração digital, foi necessária que se criasse um setor para alimentação do SPED. Além de elevar a qualificação do profissional responsável, foi indispensável à construção de um ambiente propício para este momento importante, como adquirir computadores, scanner e impressoras modernas, aquisição de material de escritório e um ambiente físico ventilado e iluminado.

Já as principais dificuldades na implementação do SPED na empresa pesquisada, todos os entrevistados destacaram que foram a mudança na cultura da

empresa (já que toda escrituração contábil era realizada através de livros e papel), tempo de adaptação (a empresa teve pouco tempo para criar um ambiente propício para realização da escrituração digital), dificuldade na implantação do SPED e a falta de software adequados (a empresa tinha computadores sucateados e desatualizados).

Percebe-se também que não existiam profissionais qualificados para manusear e repassar as informações, e que deveriam buscar profissionais modernos, no que se refere a aquisição de conhecimentos sobre a escrituração digital, ou então procurar meios para qualificar os profissionais que fazem parte da empresa.

Já sobre as maiores vantagens da empresa, foi destacado por todos os contadores que alcançaram a maior confiança nos dados (pois o SPED proporciona maior confiabilidade dos dados compostos no sistema SPED), destaque no setor empresarial, profissionais capacitados (já que na empresa muitos profissionais lidaram com a qualificação quanto à escrituração digital, tanto os profissionais da empresa, como do escritório contábil), maior execução de tarefas e melhoria na fiscalização.

Enfim, a contribuição que a empresa teve com a implantação do SPED foi bastante significativa, uma vez que eliminou erros grotescos que ocorriam quando a empresa utilizava livros e papel para fazerem parte dos documentos, principalmente na produção e finalidades deles. Outro fator em destaque foi a facilidade na informação da tributação, pois tudo digital torna o trabalho rápido e prático, elevando o nível da empresa no mercado atual.

REFERÊNCIAS

BEUREN, I. M. *et al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BORGES, C. F.; SOARES, A. B.; MARTINS, V. F.. **Sistema Público de Escrituração Digital-SPED: Desafios e Benefícios para os Profissionais Contábeis do Município de Uberlândia**. Bacharel em Ciências Contábeis-Universidade Federal de Uberlândia. Revista Científica Linkania Master, v. 1, n. 7, 2014.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. **Decreto nº 6.022**, de 22 de janeiro de 2007.

Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Decretos/2007/dec6022.htm>> Acesso em: 22 abr 2015.

_____. Receita Federal do Brasil. **Decreto nº 7.979**, de 08 de abril de 2013.

Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/Decretos/2013/dec7979.htm>> Acesso em: 22 abr 2015.

_____. Receita Federal do Brasil. In: **Sistema Público de Escrituração Digital**.

2012. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/Sped/>>. Acesso em: 22 de abril de 2015.

_____. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 out. 2015.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. 1966. Disponível em:

<www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5172compilado.htm> . Acesso em: 10 mar 2016.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 26: Apresentação das demonstrações Contábeis, 2011. Disponível em: <

<http://www1.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=261>>. Acesso em: 15 mar 1016.

_____. Pronunciamento Conceitual Básico. Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis. Correlação às Normas

Internacionais de Contabilidade – Estrutura para a Preparação e a Apresentação das Demonstrações Contábeis. 2008 Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento_conceitual.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2011

DUARTE, R. D. **Big Brother Fiscal III: o Brasil na Era do Conhecimento**. São Paulo: Ideas@work, 2009.

_____. **Big Brother Fiscal IV: manual de sobrevivência do empreendedor no mundo pós-SPED**. Belo Horizonte: ideas@ work, 2011.

FERNANDES, A. R. V.; KIRINUS, J. B.. **Principais Dificuldades para a Aplicação do Sped Contábil e Fiscal**. Trabalho de Pesquisa – URCAMP. Curso de Ciências Contábeis da Universidade da Região da Campanha. São Borja – RS. 2014.

FERREIRA, J. D. M.. **O SPED e seus impactos nas organizações: o caso da empresa Dolomil Industrial Ltda**. Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Administração. Universidade Estadual da Paraíba. 27fls. 2012.

MAFRA, R.. **Sistema Público de Escrituração Digital**. Maiêutica-Curso de Ciências Contábeis, v. 1, n. 01, 2013.

MATIAS-PEREIRA, J.. **Manual de metodologia de pesquisa científica**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. 84-97 p.

NASCIMENTO, F. S.. **Implantação da nota fiscal eletrônica: Um estudo de caso sobre as vantagens e desvantagens em uma empresa do ramo atacadista**. Trabalho de conclusão de curso – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande. 26 fls. 2012.

NEVES JÚNIOR, I. J.; OLIVEIRA, C. M.; CARNEIRO, E. E.. **Estudo exploratório sobre os benefícios e desafios da implantação e utilização do Sistema Público de Escrituração Digital-SPED na opinião de prestadores de serviços contábeis no Distrito Federal**. 8º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade São Paulo - SP. 2011.

ORTEGA, M. C. S.; PILENGHY, M. M. O.. **Procedimentos adotados no processo de Escrituração Contábil Digital–ECD no Sistema Público de Escrituração Digital SPED: Estudo de Caso numa Indústria de Granitos**. Revista Eletrônica Saber Contábil-RSC, v. 1, n. 2, p. 54-68, 2012.

RESOLUÇÃO - CFC Nº 785, de 28 de julho de 1995 – Publicada no DOU, de 1º-08-95.

RESOLUÇÃO – CFC Nº 1.028, de 15 de abril de 2005 – Publicada no DOU, de 15-04-05.

SAITO, M. A. C.; ABEL, D. **A importância do profissional da área fiscal frente às novas tecnologias da escrituração fiscal digital**. Organizações e Sociedade 4.1: 36-46. 2015.

SANTOS, S. R. *et al.*. **Sistema Público de Escrituração Digital: um estudo sobre o cruzamento de dados decorrentes das obrigações acessórias impostas pela Receita Federal do Brasil**. GESTÃO CONTEMPORÂNEA: REVISTA DE NEGÓCIOS DO CESUCA-ISSN 2446-5771, v. 1, n. 1, 2014.

SILVA, T. V. M.. **Evidenciação das demonstrações contábeis: avaliação do desempenho de uma empresa com foco na adoção do sped contábil para tomada de decisão**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 24 fls. 2012.

SILVA, W. R. G. **Nota Fiscal Eletrônica exigirá nova versão a partir de abril**. 2015. Disponível em: <http://analista-fiscal.blogspot.com.br/2015/03/nota-fiscal-eletronica-exigira-nova.html>. Acesso em: 10 fev 2016.

VASCONCELOS, F. N. P.. **A influência da confiabilidade e relevância da informação contábil sobre o desempenho das companhias de capital aberto**. 2014.

VIEIRA, F. J. A.. **Os reflexos do projeto SPED em um escritório de contabilidade na cidade de Campina Grande-PB**. 2014.

TEIXEIRA, G. **A questão do método na investigação científica**, 2005. USP. Disponível em: <http://www.serprofessoruniversitario.pro.br/ler.php?modulo=21&texto=1660>. Acesso em: 15 mai 2015.

Anexo A: Entrevista estruturada com os profissionais da contabilidade



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EXATAS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
CAMPUSVI - POETA PINTO DO MONTEIRO**

ENTREVISTA ESTRUTURADA

1. Quais foram as dificuldades enfrentadas no setor de informação e comunicação da empresa, para repassar as informações, visando a alimentação do SPED?
2. Houve inovação ou capacitação com a pessoa que alimentava o Sistema do SPED, incluindo o SPED FISCAL?
3. Houve atualização da infraestrutura física da empresa MALVES SUPERMECADOS e sua filial?
4. Quais as maiores dificuldades enfrentadas ao trabalhar com a escrituração digital?
5. Fale das maiores vantagens que os profissionais da contabilidade perceberam por intermédio da nova era da escrituração digital na empresa.
6. De que forma os entrevistados acham que a implantação do SPED contribuirá para o crescimento da empresa?